



IMAGENS DA NATUREZA NO ROMANTISMO BRASILEIRO: DA EUFORIA AO TERROR¹

Eduardo Vieira Martins²

No Brasil, o processo de construção da imagem da nação se deu sob a égide do grande movimento de ideias que nós chamamos de romantismo. A proximidade cronológica entre a introdução dos princípios dessa estética com a independência política do país favoreceu o alinhamento de artistas e letrados ao projeto imperial de criação do estado nacional, conferindo ao nosso romantismo um caráter quase oficial, consubstanciado pelos trabalhos desenvolvidos principalmente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Academia de Belas Artes, instituições responsáveis por criar a história nacional, cartografar o espaço geográfico, estabelecer as tradições e os símbolos aptos a representar a nação e o seu povo.

¹ Texto inédito. Palestra ministrada no dia 10 de novembro de 2017, por ocasião do 21º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública – “Diálogos Interdisciplinares – As letras e a lei – Em homenagem ao escritor Ignácio de Loyola Brandão”.

² Professor de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH-USP.

Num momento em que a divisão do trabalho intelectual ainda não havia sido demarcada, os mesmos homens dividiram-se entre atividades distintas, dedicando-se à política e às artes, ao jornalismo e ao direito, à literatura e à elaboração das leis e do arcabouço jurídico que deveria reger a vida e as relações no império. Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre, Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Alfredo d'Escagnolle Taunay são alguns desses “estadistas do império” que lograram deixar marcas profundas no processo de formação da arte e da cultura brasileiras, conferindo à nossa literatura uma dimensão marcadamente política, indissociável da atuação dos escritores na esfera pública.

No caso da poesia, como explicam os historiadores, o *élan* nacionalista se manifestou como desejo de criação de uma literatura nacional, distinta da portuguesa, que representasse no âmbito da cultura uma ruptura com a metrópole análoga àquela que os acontecimentos de 1822 operaram no campo político-institucional. Hegemônico, esse projeto nacionalista colocou críticos e escritores diante da difícil tarefa de definir a literatura brasileira e de assinalar, ainda que aproximadamente, o momento da sua origem, dificuldade advinda não apenas do fato de que parte significativa da história da jovem nação era inseparável daquela da sua antiga metrópole, mas, sobretudo, da unidade linguística que havia entre elas. Como resolver o impasse?

Em suas reflexões sobre a poesia, Mme de Staël sustentava que havia dois hemisférios literários na Europa: o primeiro, ao sul, seria representado pelas literaturas da Itália, da Espanha e da própria França, países iluminados pela luz clara do Mediterrâneo, que permitia que as coisas fossem nitidamente apreendidas, e onde se desenvolveu um tipo de poesia cujas raízes mais profundas se embriam na tradição greco-latina. O segundo hemisfério, ao norte, seria constituído pelas literaturas da Alemanha, da Escócia e da Inglaterra, onde os objetos não podiam ser apreendidos com clareza, mas

apenas vislumbrados em meio a brumas que os envolviam num véu de mistério e fantasia, dando lugar a uma literatura melancólica e mais filosófica, que remetia à tradição dos trovadores e do universo cortês da Idade Média. Ao primeiro hemisfério, descendente de Homero, Mme de Staël chama de literatura clássica; ao segundo, descendente de Ossian, de literatura romântica.

Da perspectiva da grande escritora francesa (filha de Jacques Necker, ministro das finanças de Luís XVI), a literatura é concebida como um organismo vivo, uma espécie de planta que se alimenta tanto da história e da tradição cultural quanto dos influxos propiciadas pelo ambiente físico onde floresce, assumindo feições diversas quando exposta ao sol do Mediterrâneo ou aos rigores do inverno do norte. Ora, esse argumento servia como uma luva para os escritores que desejavam afirmar a independência da literatura brasileira com relação à portuguesa: a despeito da língua e da história comuns – dirão eles –, a natureza magnificente da América imprimiria aos frutos produzidos deste lado do Atlântico um sabor particular, capaz de diferenciá-los dos cultivados na velha metrópole. Em 1872, na conclusão de “Bênção Paterna”, no qual apresentava sua obra como um amplo painel da história e das diferentes regiões que formavam o império, José de Alencar pergunta, com ironia: “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco, a nêspera?”

Partindo desse conceito organicista, o projeto romântico tem o objetivo de nacionalizar a literatura por meio da particularização dos temas, valorizando o indianismo, a representação das comunidades que viviam isoladas no interior do país e, o que interessa mais de perto para a discussão deste seminário, a descrição da natureza, que se torna um *topos* preferencial da poesia e do romance oitocentistas. Na “Canção do exílio”, certamente o poema mais reescrito da literatura brasileira, cujos versos foram incorporados até mesmo ao

nosso hino nacional, já aparece essa imagem eufórica e vibrante de uma natureza onde o “céu tem mais estrelas”, os “bosques têm mais vida”, “a vida, mais amores”. Nos romances de Alencar, Bernardo Guimarães e tantos outros escritores do século XIX, a força sublime dos elementos é ao mesmo tempo índice e metáfora da pujança do povo e da civilização que se desenvolvem nesse espaço privilegiado. Para não os cansar com a multiplicação de exemplos, cito apenas uma passagem da abertura de *O gaúcho* (1870), em que Alencar explicita a relação entre o ambiente físico e a constituição moral do homem e da comunidade:

Cada região da terra tem uma alma sua, raio criador que lhe imprime o cunho da originalidade. A natureza infiltra em todos os seres que ela gera e nutre aquela seiva própria; e forma assim uma família na grande sociedade universal.

Quantos seres habitam as estepes americanas, sejam homens, animal ou planta, inspiram nelas uma alma pampa. Tem grandes virtudes essa alma. A coragem, a sobriedade, a rapidez são indígenas da savana.

[...]

Nenhum ente [...] inspira mais energicamente a alma pampa do que o homem, o gaúcho. De cada ser que povoa o deserto, toma ele o melhor; tem a velocidade da ema e da corça, os brios do corcel e a veemência do touro.

Alencar explica a diferenciação das famílias que compunham a “grande sociedade universal” como resultado da ação do ambiente físico, que infundiria nos homens uma “seiva própria”, responsável por moldar suas qualidades. Não há aqui nenhum laivo do determinismo tainiano que iria empolgar os escritores brasileiros na virada do século, mas uma visão de mundo que busca as harmonias entre os diversos seres e o ambiente físico onde se desenvolvem, numa chave que remete aos trabalhos de Alexander von Humboldt, tão difundidos e apreciados na época.

Ao retratar a natureza americana a partir da tópica do sublime, que perpassa a estética romântica, Alencar e seus contemporâneos buscavam sugerir o destino grandioso da civilização nascida do contato do europeu com o novo mundo, união magnificamente representada nos mitos de fundação elaborados em *O guarani*, de 1857, e *Iracema*, de 1865, nos quais a paisagem é descrita com toda força e vigor característicos da visão eufórica da natureza nesse período.

Contudo, no decênio de 1870, essa representação laudatória da natureza sofre uma inflexão, turvando-se com uma sombra que a escurece. Em parte, esse matiz novo e perturbador pode ser atribuído ao afluxo das teorias científicas que chegavam ao país no período, porém, mesmo sem reduzir a importância desse fator externo, pode-se levantar a hipótese de que a nova imagem da natureza, produzida nesse período, deva-se também ao impacto produzido pela guerra contra o Paraguai, que parece ter ativado o interesse por aquele “bando de ideias novas”, para retomar a célebre formulação de Sílvio Romero. O livro que mostra com clareza essa inflexão do olhar sobre a natureza é *La retraite de Laguna*, publicado em 1871 por Alfredo d’Escagnolle Taunay.

Em dezembro de 1864, Taunay estava concluindo o curso da escola de engenharia militar, quando o Paraguai invadiu o Mato Grosso, dando início à longa guerra que iria se arrastar até 1870. Em janeiro de 1865, partiu do Rio de Janeiro como membro da comissão de engenheiros da expedição militar enviada para libertar a distante província, dando início a uma longa marcha pelo interior do país. De volta à Corte, depois de encerrada a malfadada expedição do Mato Grosso, Taunay ainda retornaria ao Paraguai, dessa vez como integrante das forças comandadas pelo Conde d’Eu, que, depois da recusa do Duque de Caxias, assumiu a tarefa de caçar Solano Lopez, numa ação registrada por Taunay num livro intitulado *Diário do Exército*.

Originalmente escrito em francês, *A retirada da Laguna* não relata a história inteira da expedição do Mato Grosso, da partida ao

regresso ao Rio de Janeiro, mas apenas os acontecimentos diretamente relacionados à invasão do Paraguai, como o autor indica já no prólogo da obra:

O assunto deste livro é a série de provações que a expedição brasileira, em operação ao sul da província de Mato Grosso, suportou durante a retirada a partir da Laguna, até o rio Aquidauana, em território brasileiro, percorrendo ao todo 39 léguas em 35 dias de dolorosa memória.

A análise dos acontecimentos que levaram ao fracasso da expedição é construída a partir da constatação das dificuldades oriundas do isolamento do teatro das operações, os vastos sertões do interior do país, uma terra desconhecida, sobre a qual não havia informações seguras nem mapas confiáveis, como se pode perceber pelos comentários feitos por Taunay nas suas *Memórias*, redigidas muitos anos depois:

Todos os planos que partiam do Rio de Janeiro eram errados e só patenteavam a incompetência dos que os formulavam e o absoluto desconhecimento das vastíssimas regiões em que havia sido abandonada aos azares da sorte a nossa triste e resumida coluna.

Pouco mais à frente, o autor das *Memórias* volta a se queixar das ordens desencontradas e da má qualidade dos mapas disponíveis:

Ah! bem fácil era, no comodismo de boa cadeira de braços, estar a determinar movimentos militares num mapa todo faceiro, colorido e mimoso, em que a escala de distâncias nem sequer dava ideia do que eram e *facilitavam* todas as *facilidades*.

Ciente do desconhecimento que mesmo o público brasileiro mais bem informado podia ter da região, o primeiro capítulo *d'A retirada da Laguna* procura delimitar o cenário da ação e, já de saída chama a atenção para a dificuldade imposta à expedição pelo isolamento da província do Mato Grosso:

Do lado da província brasileira de Mato Grosso, ao norte, as operações eram infinitamente mais difíceis, não apenas porque milhares de quilômetros a separam do litoral do Atlântico, onde se concentram praticamente todos os recursos do Império do Brasil, como também por causa das cheias do rio Paraguai, cuja porção setentrional, ao atravessar regiões planas e baixas, transborda anualmente e inunda grandes extensões de terra. (p. 36)

O relato de Taunay não deixa nenhuma dúvida de que o embaite com a natureza agreste do interior do país é o primeiro obstáculo que se opõe à expedição brasileira, não apenas em razão da imensa distância a ser transposta, numa região sem estradas e da qual não se tinha uma cartografia bem estabelecida, mas, sobretudo, em decorrência das chuvas e inundações, que causavam doenças que vitimaram grande parte do efetivo, como fica evidente quando o narrador aponta o saldo de mortes da marcha traçada pela expedição: “Quase dois anos haviam decorrido desde nossa partida do Rio de Janeiro. Descrevêramos lentamente um imenso circuito de 2.112 quilômetros; *um terço de nossos homens perecera*” (p. 41. Grifo meu).

Segundo a professora Maria Lídia Maretti, autora de um dos mais completos e importantes estudos sobre a obra do Visconde de Taunay, “nas relativamente poucas manifestações de êxtase diante da paisagem, ocorre, na *Retirada*, um movimento gradativo em direção a uma visão cada vez mais ‘negativa’, porque menos mitificada e mais crítica, da natureza brasileira”. A historiadora Luciana Murari observa que

a *Retirada da Laguna* representa de forma exemplar a percepção de um assustador conflito entre os desígnios humanos e a força de resistência da natureza, como domínio da barbárie. Deslocando a ênfase do relato, do contexto da guerra contra o país inimigo para uma situação de guerra contra a natureza do sertão, o que sustentou e conferiu intensa dramaticidade à narrativa, Taunay explorou um tema que viria a tornar-se

recorrente na literatura brasileira voltada para regiões de natureza selvagem, em que o homem via-se isolado e desprovido de instrumentos de mediação em relação ao mundo natural.

A leitura de *A retirada da Laguna* sugere a impressão de que o destino da expedição militar depende, em grande medida, das características da natureza inóspita dos sertões do Mato Grosso, onde, a despeito das habilidades constantemente louvadas do guia Lopes, a expedição se perde, tornando-se presa fácil para os paraguaios. Essa percepção do leitor é reforçada pelo uso da personificação, ornato que confere contornos humanos a animais ou seres inanimados, conferindo à natureza a dimensão de um dos personagens do drama. Numa passagem em que registra a dificuldade da tropa para conseguir encontrar e reunir o gado, recurso necessário para a alimentação dos soldados, o narrador expressa “a melancólica certeza de que a região mostrava para conosco disposições hostis ou negativas” (p. 104). Em outro momento, perseguida de perto pelos inimigos, a expedição tem a marcha interrompida pelo rio Miranda, que não pode ser transposto a vau, sem o auxílio de uma ponte:

A estação de abril a setembro não é a das chuvas; mas, como se tudo conspirasse contra nós, depois de 13 de maio foram tantos os aguaceiros que o Miranda cresceu assustadoramente, bramindo e espumando sobre as raízes expostas das árvores das barrancas, não nos deixando a esperança de que consentisse vau antes de alguns dias. [...] Estávamos, portanto, sob os olhos dos paraguaios, ou, conforme uma expressão daqueles peões, como gado encurralado, pronto para o abate. (p. 218)

Se no primeiro fragmento citado, a “região” assumia “disposições hostis e negativas”, revestindo-se de vontade e intenção que a humanizam, na descrição da cheia do rio Miranda, ao passo em que a natureza se humaniza a ponto de “conspira[r] contra nós”, o rio Miranda ganha vida, “bramindo e espumando” como um animal (a imagem ecoa a descrição do rio Paquequer, na abertura de *O guarani*),

enquanto o próprio homem é comparado ao “gado encurralado, pronto para o abate”.

O uso mais impressionante e significativo da personificação aparece na ordem do dia, lida pelo comandante ao final das operações, quando a expedição finalmente se encontrava a salvo, no território brasileiro:

A retirada, soldados, que acabais de efetuar, fez-se em boa ordem, ainda que no meio das circunstâncias mais difíceis. Sem cavalaria, [...] em campos em que o incêndio da macega [...] ameaçava devorar-vos e vos disputava o ar respirável, extenuados pela fome, dizimados pela *cólera* que vos roubava, em dois dias, o vosso comandante, o seu substituto e ambos os vossos guias, todos esses males, todos esses desastres vós os suportastes numa inversão de estação sem exemplo, debaixo de chuvas torrenciais, no meio de tormentas e através de imensas inundações, *em tal desorganização da natureza que ela parecia conspirar contra vós*. Soldados, honra à vossa constância, que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas bandeiras! (p. 263-64. Grifo meu)

Na breve ordem do dia, redigida pelo próprio Taunay, todos os males que afligiram a tropa são lembrados – a morte dos cavalos, dizimados por uma infecção, a fome, o *cólera*, os incêndios ateados pelos paraguaios de modo que as chamas, levadas pelos ventos, avançassem contra a expedição brasileira – tudo agravado pela “inversão de estação”, como se a própria natureza, malignamente personificada, conspirasse contra a expedição. Como se vê, ao contrário do que acontecia com nossos primeiros românticos, tais como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar, que concebiam a natureza brasileira como fonte de força e de virtudes, em Taunay, ela se recobre de cores sombrias e ameaçadoras, representando um verdadeiro obstáculo à civilização que lutava por conquista e domar o sertão, na difícil tarefa de erigir o estado nacional.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, José de. *Romances ilustrados de José de Alencar*. Rio de Janeiro: José Olympio, Brasília: INL, 1977.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. V. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

DIAS, Gonçalves. “Canção do exílio”. In *Poesias completas*. São Paulo: Saraiva, 1957.

MARETTI, Maria Lúcia L. *O visconde de Taunay e os fios da memória*. São Paulo: Unesp, 2006.

MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.

ROMERO, Sílvio. “Explicações indispensáveis”. Apud BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1988.

STAËL-HOLSTEIN, G. “De la littérature du Nord”. In: *De la littérature considérée dans ces rapports avec les institutions sociales*. Paris: Crapelet, 1800.

TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. *A retirada da Laguna*. Trad. Sérgio Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, s/d.